

MEMÓRIA PARA HENRI BERGSON E PAUL RICOEUR: BUSCANDO APROXIMAÇÕES

Kamila Gusatti Dias¹, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida²

<https://doi.org/10.5216/rpp.v15i2.50289>

Resumo: Este trabalho versa sobre o conceito de memória, evidenciando sua centralidade no processo de construção do conhecimento histórico. Tem-se como objetivo entender o conceito de memória, recorrendo ao pensamento de Henri Bergson e Paul Ricoeur. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de cunho bibliográfico, pautada na reflexão de autores que dialogam diante desta proposição. Os dois filósofos apresentam diferentes concepções em relação ao conceito da memória. A reflexão aqui proposta não pretende escolher entre uma das concepções, já que a centralidade deste trabalho é aprofundar o debate teórico, com o intento colaborar com questões que implicam diretamente a construção do conhecimento e a prática historiográfica.

Palavras-Chave: Memória. História. Paul Ricoeur. Henri Bergson.

¹ Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: kamilagusatti@hotmail.com

² Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Email.: zeneide.cma@gmail.com

MEMORY TO HENRI BERGSON AND PAUL RICOEUR: SEEKING APPROACHES

Kamila Gusatti Dias, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida

Abstract: This work approaches the concept of memory evidencing its centrality in the process of construction of historical knowledge. It has the objective to understand the concept of memory, using the reference the thought of Henri Bergson and Paul Ricoeur. It is, therefore, a bibliographical research, based on the reflection of authors who dialogue in front about this proposition. The two philosophers present different conceptions regarding the concept of memory. The reflection does not intend to choose between one of the conceptions, since the centrality of this work is to deepen the theoretical debate intending to collaborate with questions that imply directly the construction of knowledge and the historiographical practice.

Key Words: Memory. History. Paul Ricoeur. Henri Bergson.

MEMORIA PARA HENRI BERGSON Y PAUL RICOEUR: BUSCANDO APROXIMACIONES

Kamila Gusatti Dias, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida

Resumen: Este trabajo versa sobre el concepto de memoria, evidenciando su centralidad en el proceso de construcción del conocimiento histórico. Se tiene como objetivo entender el concepto de memoria, recurriendo al pensamiento de Henri Bergson y Paul Ricoeur. Se trata, por lo tanto, de una investigación de cuño bibliográfico, pautada en la reflexión de autores que dialogan ante esta proposición. Los dos filósofos presentan diferentes concepciones en relación al concepto de la memoria. La reflexión aquí propuesta no pretende escoger entre una de las concepciones, ya que la centralidad de este trabajo es profundizar el debate teórico, con el intento de colaborar con cuestiones que implican directamente la construcción del conocimiento y la práctica historiográfica

Palabras clave: Memoria. Historia. Paul Ricoeur. Henri Bergson.

Introdução

Na tentativa de estabelecer um debate teórico em torno do conceito de memória e na busca por similitudes existentes nas relações com a construção do conhecimento e a prática historiográfica, busca-se por meio deste escopo pensar sobre os avanços e os limites da memória, a partir do pensamento bergsoniano e recoeuriano. Destarte, este artigo tem como objetivo compreender o conceito de memória, tomando como referência os pensamentos de Henri Bergson e Paul Ricoeur.

Entende-se que algumas balizas já foram vencidas, pois a partir dos anos 30, com o novo e impactante movimento advindo da Escola dos Annales, houve modificação da conjuntura acadêmica da historiografia tradicional, por meio de propostas de novas fontes e novas metodologias para o estudo e para a escrita da História. A partir de uma mudança gradual dentro da Historiografia e de rompimento com a história tradicional, permitiu-se, dessa maneira, o estudo da memória revelado por outras ciências, que não a histórica.

Desse modo, o estudo da memória surge dentro da Antropologia e da Sociologia, para após isso, a História se apropriar dos conceitos e adentrar no campo mnêmico. Ela pode ser, se não o é, um arcabouço de possibilidades, trazendo consigo inúmeras significâncias. A memória é, dessa forma, a mantenedora do passado que a presentifica e a ressignifica a partir das vivências da atualidade.

Em se tratando especificamente de Bergson (1999), observa-se que sua proposta de reflexão começa a partir da leitura do mundo, por meio de imagens e a apreensão desse mundo por meio do corpo. Assim, Bergson (1999) não compartilhava de algumas correntes intelectualistas da ciência da época, as quais acreditavam que o homem poderia conhecer o mundo por meio de sua capacidade intelectual, sendo o cérebro uma parte do mundo material.

O cérebro, na concepção bergsoniana, é uma parte do mundo material e sua totalidade jamais poderá ser completamente decifrada pelo homem. Dessa forma, acredita-se que sua visão sobre a memória foi revolucionária, já que afirmava a realidade do espírito, ou algo além da matéria.

Para a compreensão da filosofia bergsoniana, a memória é pura, inalterável e se contrapõe à lembrança-imagem e à percepção, ainda que nenhuma se produza isoladamente, e que o papel do corpo não seja armazenar lembranças, mas simplesmente escolher, para trazê-las à consciência distinta. Para Amorim (2012, p. 1), que se contrapõe à ideia de Bergson, a memória é a “faculdade de reter e/ou readquirir ideias, imagens, expressões e conhecimentos adquiridos anteriormente reportando-se às lembranças e reminiscências”.

Ricoeur (2007) argumenta que a memória é um processo cognitivo, como rememoração, caracterizando-se de duas maneiras, a saber: uma passiva e outra ativa. Na primeira, a lembrança pode ser acometida espontaneamente, por algum sentimento no presente. Já a segunda, configura-se como uma anamnese, buscando-se o passado.

Para esse autor, a memória é pertencente ao passado. As lembranças existem porque vivenciamos-as inexoravelmente. A memória é então, “uma representação no presente de algo ausente, mas que esteve presente efetivamente no passado vivido” (DUARTE, 2010, p. 5). Nesse sentido, o objetivo da memória é reconhecer no presente, como lembrança, algo que ocorreu no passado, sendo a memória, fiel ao passado. Trata-se, assim, do reconhecimento de cada sujeito ao longo do tempo.

As leituras de Ricoeur diante dos filósofos precedentes tentam mostrar a capacidade da memória como algo que não é significado de imaginação e que pode ser buscado e, rapidamente, trazidos à sua representação, mediante constante embate com o esquecimento.

Buscando compreender etimologicamente o significado da palavra memória, para Silva (2003), a palavra memória provém do grego e significa, mais imediatamente, ação de lembrar, o lembrar dele mesmo, aquilo que permanece no espírito. Dentro desse pressuposto, pode-se entender memória como instância de inventar, meditar, refletir e velar, no sentido de cuidar.

No entanto, o conceito de memória, a nível individual, é um conjunto de funções psíquicas que possibilitam conservar certas informações, “graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1924, p. 423). Não obstante, em razão das necessidades sociais de produção de conhecimentos de cada período histórico, o conceito de memória foi-se modificando ao longo dos anos.

Desde já, será oportuno atentar para o fato de que a memória gera espaços de saberes diferenciados, tal como já propunham autores como Maurice Halbwachs, em meados do século XX. Trata-se de um tema ambíguo, complexo e mutuamente enriquecedor.

Vale ressaltar que a temática da memória é abordada por inúmeras matrizes do conhecimento, o que revela sua importância e validade atual na pesquisa de âmbito acadêmico. E que, ao se estudar a memória, é preciso de antemão observar a necessidade de compreendê-la em sua completude.

Bergson e o uso do corpo como sede da memória e da percepção

Henri Bergson, nasceu em Paris no ano de 1859, em uma época na qual a filosofia adotava métodos e objetivos sobremaneira positivistas e materialistas. Bergson foi, certamente, o último verdadeiro metafísico. Foi um dos grandes filósofos franceses do século XX. Formado em Letras, dedicou-se a estudos filosóficos de cunho fenomenológico e produziu obras de referência. Representante do fim da era cartesiana.

Sua originalidade reside, fundamentalmente, no tipo de ruptura que ele introduz no racionalismo do século XVII. Enquanto outros oporiam ao racionalismo, a subjetividade ou à história, Bergson produziu uma visão inovadora que o distanciou de Hegel, da dialética e da existência. Morreu em 1941, na cidade de Paris.

A partir do século XVII, a ciência fornece à memória coletiva um impulso. Por meio do impresso, tem-se acesso à ciência e arquivos e, posteriormente, às bibliotecas. Estabelecem-se, assim, os lugares de memória coletiva, de memória social.

Ao longo do século XX, assistiu-se a inúmeros debates sobre o assunto, configurando as mais variadas tendências e perspectivas, acerca do que é a memória e como ela pode ser estudada. Com a modernidade, a noção de memória fixa-se no registro.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas, Maurice Halbwachs, nos anos de 1920-1930, já havia sublinhado que a memória deveria ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.

Os estudos de Maurice Halbwachs (2003) ancoram-se na relação existente entre a sociedade e memória. Para ele, o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido em um grupo de referência. Logo, a memória, apesar de ser um trabalho individual, é também um processo de construção do grupo social.

O grupo de referência é um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu relações em seu passado. Quanto mais intensas foram essas relações sociais do grupo, mais vivas serão suas imagens, que constituem a lembrança. Para tanto, a lembrança é fruto de um processo coletivo, tecido em uma comunidade coletiva.

Haja vista que as lembranças partem da existência de um grupo de referência, elas se constituem pelo reconhecimento e pela construção. O reconhecimento caracteriza-se pelo sentimento do vivido e ocorre a reconstrução porque, a partir do presente, com base em

interesses e preocupações atuais, resgatam-se acontecimentos e vivências do passado, que se processaram em meio a um conjunto de relações sociais específico. No entanto,

Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizerem e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (HALBWACHS, 2003, p. 33).

Contudo, se as condições de externalização da memória vão se impondo no próprio processo de produção, nas próprias práticas, os estudos da memória individual também vão sendo fortemente privilegiados. Compreender os processos, examinar o funcionamento interno, orgânico, psíquico, vai se tornando uma demanda dentro de novas condições de possibilidade. Desdobram-se os modelos explicativos da memória e do processamento mental.

A ênfase, agora, não está nos “locais e imagens da memória, mas na busca da memória localizada no cérebro, memória como um lugar, como sede, como órgão, foco das pesquisas nas ciências biológicas, médicas, cognitivas” (SMOLKA, 2000, p. 183).

O filósofo Bergson faz aproximações com a lembrança distinguindo-a sob duas óticas: lembrança espontânea e lembrança aprendida. A lembrança espontânea, perfeita, em que o tempo nada poderá acrescentar à sua imagem sem desnaturá-la, conservando para a memória seu lugar e sua data. A lembrança aprendida, que sairá do tempo à medida que se tornará cada vez mais impessoal. Destarte, observa-se que a primeira, efetivamente, é a memória por excelência (GUIMARÃES; REZENDE; BRITO, 2012).

O papel do corpo, segundo Bergson (2006) seria o de:

Não armazenar, mas simplesmente escolher, para trazê-las à consciência distinta. Assim, cria na existência de uma reserva memorialista que reside no nosso espírito e que o corpo tem poder de acessá-la nunca de maneira completa, mas fragmentada (BERGSON, 2006, p. 14).

Bergson (2006) explica o funcionamento da memória por analogia com a percepção, ou seja, por meio de uma comparação entre os órgãos de percepção virtual (memória) e os órgãos de percepção real (percepção). Percepção não é nada além da ação possível do corpo, ou seja, a percepção é uma faculdade que está diretamente relacionada com a ação.

De acordo com Guimarães, Rezende e Brito (2012) é possível notar que Bergson (1999) não compartilhava de algumas correntes intelectualistas da ciência da época, as quais acreditavam que o homem poderia conhecer tudo por meio de sua capacidade intelectual. No pensamento de Bergson (1999), o cérebro seria interveniente do mundo material (e não o

contrário: o mundo material como integrante do cérebro). A visão do autor foi, portanto, considerada inovadora, por pressupor a realidade do espírito além da matéria.

Uma das “regras” do pensamento bergsoniano, consiste em colocar e resolver os problemas em função do tempo e não do espaço. Nesse sentido, o conceito de *duração* é o operador chave do filósofo, por meio dele, ou por meio da submissão dos problemas às características da duração, será possível resolvê-los temporalmente. O primeiro ponto a ser destacado em relação à duração é que deve-se notar que não se trata de uma sucessão de instantes no tempo, duração não são os sucessivos cortes, pelos quais, na maioria das vezes, dá-se inteligibilidade ao tempo.

Nossa duração não é um instante que substitui outro instante: nesse caso, haveria sempre apenas presente, não haveria prolongamento do passado no atual, não haveria evolução, não haveria duração concreta. A duração é o progresso contínuo do passado que rói o porvir e incha à medida que avança (BERGSON, 2006, p. 47).

Na outra questão, Bergson (2006) afirma que o tempo, compreendido como sucessão, continuidade, mudança, memória e criação, não pode ser separado dos acontecimentos, sejam eles subjetivos ou objetivos. Para o autor, o tempo é chamando de duração, sendo o responsável por deixar perceptível ao homem as noções de passado e presente; o filósofo classifica a memória como elástica, com estágios e que se manifesta de acordo com o nível de “intelectualidade” do espírito humano.

Deve-se ressaltar, aqui, o contexto em que Bergson estava inserido: no final do século XIX e início do século XX, período em que o pensamento filosófico esteve em grande parte dominado por tendências científicas, para as quais o conhecimento só seria reconhecido como legítimo se construído de acordo com os conceitos das chamadas ciências positivas. De acordo com Dosse (2003), as reflexões de Henri Bergson, no século XIX, distinguiam duas memórias - a memória-hábito e a memória-pura e/ou regressiva³, de alguma forma constituindo um ponto de referência para a posterior separação entre memória e história.

A partir dessas duas perspectivas, Bergson faz uma distinção ainda mais sucinta, utilizando os termos de “memória-hábito” e uma “memória-lembrança”, sendo a primeira a experiência marcada pela presença do presente; já a seguinte, tem uma associação direta com o passado. Ainda assim, as duas memórias propostas pelo filósofo estão ligadas ao passado histórico e possuem elos com as experiências vividas. Contudo, são diferentes, por apresentarem finalidades diferentes (GARCIA, 2015, p. 8).

Pensar na memória como potencialidade ao estudo da História é pensar nas percepções dos sujeitos com relação aos acontecimentos. Para Bergson (2006), é a relação entre essas

³Distingue-se duas percepções, que Bergson chama de “trabalho intelectual”: a memória mecânica, aquela que lembramos habitualmente, podemos chamá-la de memória hábito. E a memória mais “expansiva” que conta com uma profundidade intelectual mais avançada dos sujeitos.

percepções e os diálogos estabelecidos entre o passado e o presente que justificam a existência da memória. Dessa forma, o filósofo assevera que existe a interligação dessas duas memórias distintas e que são responsáveis pelas imagens-lembranças.

Bona (2010, p. 136) argumenta que Bergson opunha-se ao “cientificismo da época, contestando a tese segundo a qual as ciências do cérebro seriam capazes de localizar a região precisa das lembranças”.

Assim, vemos que ele não concorda com a concepção da estreita ligação entre o cérebro e os fenômenos de consciência. Para a concepção bergsoniana “a memória-hábito, advém da parte sensório-motora do corpo e a memória-pura é coextensiva da consciência em relação à duração, tendo uma relativa autonomia quanto ao suporte corporal” (BONA, 2010, p. 136).

Ainda segundo Bona (2010, p. 136):

[...] o passado sobrevive de duas maneiras distintas, a saber: nos mecanismos motores e nas lembranças independentes. A memória hábito é aquela que realizamos quando recitamos a lição sem evocar, uma a uma, as leituras sucessivas do período de aprendizagem.

Dessa forma, a lição apreendida forma parte do ser, do mesmo modo que outros hábitos, tais como caminhar, ler ou escrever, ou seja, é memória vivida, conforme explicita Bona (2010, p. 136) “ela é uma memória sem distância”. Dessa forma, na esteira da distinção feita por Bergson, rememorar e memorizar são fenômenos distintos.

A autora Ecléa Bosi (1994), parte de pressupostos bergsonianos para compor sua obra *Memória e Sociedade*, pode-se entender de maneira clara a teoria de Bergson como na seguinte afirmação “[...] Antes de ser atualizada pela consciência, toda lembrança vive em estado latente, potencial”. Depois, ela completa, dizendo que “[...] o papel da consciência, quando solicitada a deliberar, é, sobretudo o de colher e escolher”. E, finalmente, ela faz uma aproximação ao que Bergson considerava a verdadeira memória, ou lembrança-pura à arte (BOSI, 1994, p. 14).

Assim, essa memória considerada verdadeira por Bergson, inatingível na sua extensão, é atingida por meio das lembranças, tendo-se acesso a ela por meio das reminiscências, da memória coletiva que vive em cada um e o reconhecimento ao longo do tempo.

Em outras palavras, “a percepção que temos da realidade é preenchida por lembranças em certa duração” (BERGSON, 2006, p.31). Essas lembranças são evocadas em virtude de uma situação presente a qual respondem a fim de serem úteis à ação a ser realizada pelo corpo.

Muito crítico às perspectivas científicas e teóricas de sua época, Henri Bergson rompe com a tradição filosófica de que as pesquisas científicas permaneciam tributárias; o filósofo não pensa o cérebro como órgão da representação, da especulação, do conhecimento puro, remetendo-o sempre a uma ação vitalmente interessada. Bergson não cessa de afastar-se de uma

visão especializada da memória, que faria do cérebro e de suas células locais de armazenamento, lugares de mera arquivagem do passado.

Para tanto, o avanço das investigações científicas parecia tornar inadequadas as questões e respostas filosóficas. As descobertas acerca da localização de funções no cérebro objetivavam o mundo subjetivo, e as atividades anteriormente consideradas como espirituais acabaram por ser materializadas e as questões da metafísica clássica pareciam superadas.

Ricoeur e a memória como fonte de conhecimento histórico

Filósofo francês, nascido na cidade de Valence na França, no ano de 1913. Estudou as obras de Jaspers, Martin Heidegger e Edmund Husserl, escrevendo sobre a Fenomenologia. Preocupado em atingir e formular uma teoria da interpretação do ser, toma como seu problema próprio o da hermenêutica, temática a qual o seu nome ficou intimamente ligado. Ricoeur sofria de problemas cardíacos e morreu em 2005, com 92 anos de idade, em sua residência de Chatenay Malabry, na região de Paris.

Buscando também uma aproximação entre a memória e a História, o filósofo e historiador francês Paul Ricoeur estabeleceu as bases da epistemologia da memória e da História. O autor defende, rigidamente, a memória como a base fundamentadora da História, e é somente por meio dela que se consegue olhar para o passado e se ligar a ele. Segundo Ricoeur, “[...] não temos outro recurso a respeito de referências ao passado, senão a própria memória.” (RICOEUR, 2007, p. 40). Para ele, a memória está intimamente ligada à História, às experiências e às vivências.

Além disso, Paul Ricoeur trabalha com duas questões fundamentais - a imaginação e o esquecimento. Ele observa o ato de rememorar como um processo inverso ao esquecimento, como um ato de resistência. Portanto, memória e esquecimento são opostas, mas se complementam. Uma não subsiste sem o outro, logo, o grande intuito da memória é lembrar para não esquecer.

Ricoeur considera a memória como fonte de produção de conhecimento histórico e concebe as relações entre história e memória. Partindo dessa perspectiva, e de algumas reflexões da primeira metade do século XX:

particularmente a partir dos estudos de Maurice Halbwachs sobre a memória coletiva, em que pese seu reconhecimento tardio, começa a se postular uma radical oposição entre história e memória, concebendo que a função da primeira seria anular e erradicar a segunda (BONA, 2010, p. 132).

Para Paul Ricoeur entre história e memória não há relação de fusão nem de oposição, mas sim de reciprocidade, com o controle da memória pela história, “[...] nada temos de melhor do que a memória para garantir que algo ocorreu antes de formarmos sua lembrança” (RICOEUR, 2007, p. 26).

Nesse sentido, em consonância ao pensamento bergsoniano relativo à passagem da lembrança pura à imagem-lembrança, emerge um outro movimento, que consiste na passagem da ficção à alucinação; enquanto o primeiro movimento é determinado pela função visualizante, o segundo é determinado pela função irrealizante ou imagificante (BONA, 2010). Deste modo, a relação da história com a memória se inverte. A história é colocada a serviço da memória, como função social.

O autor Pierre Nora (1993), expôs esta oposição entre história e memória:

A memória é a vida, assumida sempre por grupos vivos e, neste aspecto, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas sucessivas deformações, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e de revitalizações repentinas. Por sua vez, a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que deixou de ser. A memória é um fenômeno sempre atual, um vínculo vivido no presente eterno, enquanto a história é uma representação do passado. Por ser afetiva e pré-lógica, a memória adapta-se apenas a detalhes que a fortaleçam; ela alimenta-se de lembrança imprecisas, emaranhadas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, anteparos, censuras ou projeções. [...]. A memória instala a lembrança no sagrado, ao passo que a história procura desalojá-la daí, ela prosaiza sem cessar. A memória brota de um grupo, cuja união é garantida por ela, o que equivale a afirmar, na esteira de Halbwachs, que o número de memórias tem a ver com o número de grupos; por natureza, ela é múltipla e disseminada, coletiva, plural e individualizada. [...]. A memória enraíza-se no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto; por sua vez, a história vincula-se apenas às continuidades temporais, às evoluções e às relações entre as coisas. A memória é um absoluto, enquanto a história conhece apenas o relativo.

[...] A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão consiste em destruí-la e recalá-la. A história é deslegitimação do passado vivido. [...] (NORA, 1993, p. 19-20).

Desse modo, a história desenvolveu-se em uma fusão com a memória, objetivando glorificar o passado para enaltecer a nação. A história atuava para o desenvolvimento de uma memória nacional. E a partir desse momento, na visão de Nora (1993), houve o despertar de uma consciência historiográfica - a história se descobre como vítima da memória e procura livrar-se dela.

Memória e história, longe de serem sinônimos, opõem-se uma a outra. A memória vincula-se ao vivido, estando em permanente evolução, ligada à lembrança e ao esquecimento e passível de manipulações, “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 7-8).

Um fator decisivo na mudança da forma de se considerar as relações entre história e memória liga-se a um conjunto relativamente recente de mudanças nas concepções epistemológicas, o que constitui um novo cenário para se repensar as relações entre elas.

Nessa mesma teia de reflexões, multiplicam-se os estudos sobre a memória coletiva, favorecendo a sua abordagem crítica e tornando falso o dilema da escolha entre uma história fundada no contrato de verdade e uma memória alimentada na veia da fidelidade. Assim, os estudos de Maurice Halbwachs (2003), ancoraram-se na relação existente entre a sociedade e a memória. Para ele, o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido em um grupo de referência.

Halbwachs (2003) considera que há, na base de toda lembrança, um estado de consciência puramente individual, chamado intuição sensível, que funciona como alavanca para a lembrança – construída pelo grupo. No entanto, rememorar, como ato individual, só é possível na tessitura das memórias dos diferentes grupos com a qual o sujeito se relaciona.

A memória coletiva é constituída a partir das lembranças e referências próprias do grupo e a lembrança. São as vivências do sujeito na coletividade que formam a sua memória individual. Tais memórias apoiam-se sobre o passado vivido, muito mais do que sobre o passado apreendido.

Já Paul Ricoeur, concebe que há um elo necessário entre história e memória, e no reconhecimento deste elo, deve-se evitar tanto a armadilha do recobrimento como a da separação radical. Ele entende que, mais do que simples objeto da história, “a memória parece ser uma de suas matrizes, na medida em que permanece, em última instância, como a única guardiã de algo que efetivamente ocorreu no tempo” (BONA, 2010, p. 142).

O pensamento de Ricoeur rejeita a fusão entre história e memória, mas igualmente não concorda com a radical oposição entre elas, Ricoeur irá adotar uma postura constante a saber, a postura de mediar posições antagônicas. Ele sempre propõe uma reflexão que permitia articular os antagonismos, distinguindo-os, mas não os separando. Segundo o pensamento do autor, entre memória e história existe uma relação dialógica.

Para Ricoeur, há uma distinção entre memória e lembrança, seu entendimento é o de que “a memória se faz de lembranças e, portanto, o problema da associação entre lembrança e imagem é o mesmo da associação entre memória e imagem” (BONA, 2010, p. 145). Paul Ricoeur defende a necessidade se fazer, o quanto possível, a separação entre memória e imaginação.

A questão da memória (individual e coletiva), apresenta uma ligação direta ao sujeito ou dos sujeitos que a fazem. Para Lauxen (2015), a memória é a matriz da história, mas:

[...]a história vai além da memória, porque se vale dos testemunhos conservados nos arquivos, até o nível da explicação historiográfica e a elaboração do documento histórico como obra literária. O esquecimento é a ameaça que pesa sobre a memória como recordação e é um limite da exigência do conhecimento histórico de providenciar uma narrativa que ligue os acontecimentos passados. A noção de passado histórico parece a última e irredutível referência de todo o trabalho da historiografia (LAUXEN, 2015, p. 22).

Há esquecimento onde houve marca, por isso se relaciona com a memória e a fidelidade ao passado, sendo seu polo oposto. O esquecido não é só o inimigo da memória e da história, há uma figura positiva do esquecido, o “esquecido de reserva”, que constitui um recurso “reversível” a qualquer balanço com o passado, por meio da memória ou da história.

No contexto da história social da memória, os processos de lembrança e esquecimento são considerados como elementos importantes de análise e, “a metamorfose dessa memória torna-se objeto da história, tanto quanto os acontecimentos efetivos em seus estreitos limites temporais (DOSSE, 2003, p. 284). Em outras palavras, a memória histórica social “tem por objeto um ausente que age, um ato que só pode ser atestado se for objeto de interrogação de seu outro” (Idem, p. 291).

Assim como a memória, o esquecimento também inscreve-se em relações de poder. Logo:

Como a memória, o esquecimento não é uma “coisa” que se tem ou se perde (ainda que o senso comum assim a ele de refira), mas um percurso no tempo e no espaço que se expressa em linguagens e formas que participam, de maneira sutil ou escancarada, dos jogos de poder e submissão, dos contornos das socializações e, obviamente, da estruturação do eu. Memórias e esquecimentos vêm-e-vão e, também, permanecem e duram, movimentam-se e interpenetram-se e, frequentemente, criam lugares de visibilidade e imagens relativamente estáveis, porém jamais cristalizadas (SEIXAS, 2013, p. 2).

A memória é lugar e objeto de disputa nas relações de poder em confronto mediante a realidade social. Le Goff (1924, p. 426), mais uma vez, é esclarecedor quando afirma que “os esquecimentos e os silêncios da história são revelados desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”. Assim, o processo de seleção de memória, por parte dos grupos dominantes, caracteriza a tentativa de desapropriação do passado e a imposição de um novo corpo de valores e ideias que se colocam contra a memória anteriormente existente, no sentido de manipulá-lo em benefício do novo poder estabelecido.

Portanto, a memória não é um quadro abstrato e artificial, o que a coloca em oposição à história escrita que começa onde a memória acaba, e esta acaba quando não tem mais como suporte um grupo cujo desaparecimento estimula a fixação das lembranças por escrito.

Os estudiosos da memória são praticamente unânimes em afirmar que o atual prestígio da memória se deve à aceleração do tempo na contemporaneidade e ao medo do desaparecimento das lembranças. Povos desprovidos de lembranças correm o risco de não saberem quem são. A conseqüente profusão de estudos sobre a memória seduziu a história e, no limite, modificou-lhe a escrita.

Considerações Finais

A memória como elemento constitutivo da formação humana e profissional é aqui pensada a partir de estudos alusivos ao pensamento ricoeuriano e bergsoniano. Os dois filósofos apresentam diferentes concepções a respeito do sentido histórico e de sua relação com a memória. Neste trabalho é exposta uma reflexão teórica do pensamento de ambos os autores, sem a pretensão de optar por uma ou outra concepção. O objetivo central, conforme exposto, foi o de contribuir para o debate teórico, pretendendo colaborar com questões que implicam diretamente a prática do historiador.

Em uma breve sistematização, Bergson distingue duas funções diferentes da memória e as duas espécies de lembrança: a memória que repete (lembrança aprendida) e a memória que imagina (lembrança espontânea). O funcionamento integral da memória, pelo menos indiretamente, responde ao comando de uma vontade, seja humana ou universal.

Esse filósofo define os mecanismos cerebrais como terminações das imagens passadas no presente, movimentos que constituem o ponto de ligação do passado com o real e com a ação. Cortando essa ligação, a imagem passada perde sua capacidade de agir sobre o real, mas isso não significa que deixe de existir. Por esse motivo, o corpo, entendido como sede da memória e da percepção, é o intermediário entre o espírito e o mundo; as ações humanas, como não são meras reações ao ambiente, dependem da união de duas memórias: a memória corporal e a memória pura.

Ressaltar alguns aspectos do pensamento de Ricoeur, permite insistir na ideia de uma epistemologia da história centrada no sujeito. A narrativa histórica seria a crítica que permitiria desmascarar os falsos testemunhos e os demais abusos da memória. Para o estudioso, história e memória são parceiras na representação do passado.

No pensamento ricoeuriano, a memória não pode ser entendida somente como uma busca de imagem que, no mais das vezes, é fantasiosa, entretanto pode ser entendida como busca de algum dado que, efetivamente, estava guardado e somente é trazida à tona sua representação, não imaginando algo sempre irreal.

A memória também pode ser encarada como a defesa do esquecimento, sendo desenvolvida ao ponto de assegurar os dados na memória com os exercícios de memória.

Desse modo, a história desenvolveu-se em uma fusão com a memória, objetivando glorificar o passado para enaltecer a nação. Não há uma correlação simétrica em termo de êxito ou realização.

Diante disso, a tessitura do trabalho de um historiador, como todo trabalho sobre o passado, não consiste somente em estabelecer fatos e/ou fios de uma ardidura, senão também em escolher os mais destacados e significativos dentre eles e em relacioná-los entre si. E como opção metodológica, a memória constitui excelente alternativa para o trabalho do pesquisador que anseia historiar/tecer sua história.

Da mesma forma, a consideração da memória como fonte e matéria-prima do conhecimento histórico reforça a concepção de uma objetividade ancorada na subjetividade. Sendo a memória uma criação do sujeito, individual ou coletivo, e sendo ela a única garantia de que algo aconteceu no tempo, trata-se do substrato para a construção da objetividade histórica, uma objetividade que se faz pelo sujeito que interpreta e aquele que narra e, além disso, se faz sobre uma base, a memória, que é profundamente marcada pelo sujeito.

Nesse construto, a memória possui um universo enorme de contribuições para a História. Ela foi também a responsável por destituir o documento escrito como o único meio de levar as “verdades” na História, permitindo, dessa maneira, valorizar os aspectos vividos por indivíduos sociais, sendo responsável por sempre traçar diálogos interessantes e pertinentes para a disciplina histórica.

Sabe-se que o passado está presente, ele é o presente. O autor Marc Bloch nos diz que o passado é “um ponto minúsculo e que foge incessantemente; um instante que mal nasce morre” (BLOCH, 2001, p. 60). Nós somos o reflexo desse passado. Caminhamos pelo tempo e construímos o nosso presente a partir das vivências neste passado.

Os estudiosos da memória são praticamente unânimes em afirmar que o atual prestígio da memória se deve à aceleração do tempo na contemporaneidade e ao medo do desaparecimento das lembranças. Povos desprovidos de lembranças correm o risco de não saberem quem são.

Assim, a memória delineou-se como um campo privilegiado de reflexões e debates, por ser o reconhecimento dos indivíduos e/ou grupos ao longo do tempo. A memória incide em diálogo entre o passado/presente por meio dos discursos da história, responsáveis por dar continuidade aos estilos passados.

Acredita-se, desse modo, ser possível discutir alguns problemas, a partir dos conceitos discutidos ao longo desse texto. Uma compreensão mais profunda de como a memória, pode ser o fundamento para se pensar criticamente a tarefa de elaboração do passado, sobretudo quando essa elaboração tem como ponto de apoio a escrita da história, conforme os ensinamentos de Bergson: conhecer seus mecanismos é tarefa imprescindível.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Aparecida Blaz Vasques. História, memória, identidade e história oral. In: *Jus Humanum Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas do Cruzeiro do Sul*, nº 2, v. 1, jan./jun. São Paulo, p. 107-112, 2012.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. Trad. Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins e Fontes, 2006.

BONA, Aldo Nelson. *Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito*. UFF (Niterói). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2010.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1994.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

DOSSE, François. *Uma história social da memória*. Bauru: EDUSC, 2003.

DUARTE, Marina Silva. Foucault e Ricoeur: duas visões acerca da relação entre memória e história. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena; ARAÚJO, Valdeci (Org.). *Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado*. Ouro Preto: EdUFOP, 2010.

GARCIA, Bruna da Silva. *Memória e História: uma discussão teórica*. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1508.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

GUIMARÃES, Joaquim Francisco. REZENDE, Cácia Valéria de. BRITO, Ana Maria Pletch. *O conceito de memória na obra “Matéria e Memória de Henri Bergson”*. Disponível em: <http://www.educonse.com.br/2012/eixo-04/pdf/37.pdf>. Acesso em 10 nov. 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

LAUXEN, Roberto Roque. Os cem anos de nascimento de Paul Ricoeur: uma biografia intelectual. In: *Revista Páginas de Filosofia*, v. 7, n. 1, p.1-25, jan./jun. 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1924.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*, n.º 10, PUC/SP, dez, p. 07-28, 1993.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SEIXAS, Jacy Alves de. Gestão do esquecimento e cultura político-brasileira: a construção de um objeto sensível de pesquisa histórica. In: *Anais do XVII Simpósio Nacional de História: conhecimentos histórico e diálogo social*. Natal, 22-26 jul., p. 1-16, 2013.

SILVA, Helenice Rodrigues. “‘Rememoração’/comemoração: as utilizações sociais da memória”. *Revista Brasileira de História*, vol.22, n.º44, São Paulo: Anpuh, 2003.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. In: *Educação e Sociedade*, ano XXI, n.º 71, jul, Campinas, 2000.